



APIB · COICA · PODAALI · UMIAB
APIAM · APOIANP · ARPIT
CIR · COAPIMA · FEPIPA
FEPOINT · M. ACRE · OPIROMA



INFORMATIVO COP30

29 TERRAS INDÍGENAS PODERIAM SER DEMARCADAS NA AMAZÔNIA DURANTE A COP30

Se houvesse vontade política
do Estado brasileiro

PANORAMA GERAL

29 Terras Indígenas (TIs) da Amazônia
estão prontas para homologação
imediata, restando apenas a assinatura
presidencial e registro em cartório/SPU.

75 TIs estão em estudo, na
fase inicial de identificação
antropológica.

Outras
09 TIs estão delimitadas
(aguardando portaria
declaratória do MJSP).

Total
113 Terras Indígenas com
processos ativos de demarcação
na Amazônia Legal.



Exemplo emblemático: Terra Indígena
Kaxuyana-Tunayana (PA/AM) — símbolo
da resistência e da longa espera de
22 anos de espera pela homologação.

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS QUE PODERIAM TER SUAS TERRAS DEMARCADAS HOJE:

Kawahiva do
Rio Pardo (MT)

Apiaká do Pontal
e Isolados (MT)

Kaxuyana-Tunayana
(PA/AM)

DEMARCAÇÃO É AÇÃO CLIMÁTICA



A demarcação é uma das principais medidas de mitigação
e adaptação climática, pois garante a proteção dos
territórios que concentram mais de 80% da
sociobiodiversidade da Amazônia.” — *Toya Manchineri,*
coordenador-geral da Coiab

As TIs funcionam como **barreiras contra o desmatamento,**
a grilagem e as queimadas. Demarcar terras indígenas é
uma ação direta de mitigação de crise climática.



Destruir os processos até a COP30 seria um **gesto político de responsabilidade global**, alinhando **direitos humanos** e **compromissos ambientais** do Brasil.

SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA



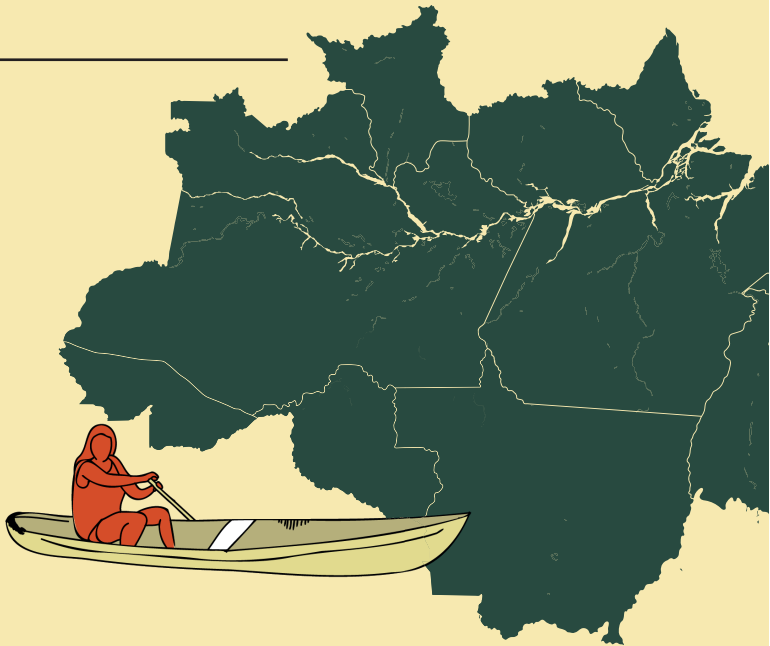
Fase do processo	Nº de TIs	Situação atual
Declarada	29	Prontas para homologação presidencial
Delimitada	9	Aguardam portaria declaratória do MJSP
Em estudo	75	Identificação antropológica
Total	113	Processos ativos de demarcação

O QUE ESTÁ EM JOGO NA COP30

A **COIAB** levará o levantamento à **Cúpula dos Povos**, exigindo um **plano emergencial de homologações** e o reconhecimento da **demarcação como política climática central**.

4 EIXOS

DE DEMANDA DA **COIAB** NA **COP30**



1. Transição energética justa e territorial

A transição energética só será justa se for **territorialmente justa**.

Projetos “verdes” (hidrelétricas, hidrogênio verde, mineração de lítio, energia solar) **não podem repetir a lógica extrativista**.

O **Programa Amazônia Indígena de Combate à Crise Climática (PAIC)** propõe decisões de uso dos recursos **a partir das comunidades**.

Transição justa com pleno respeito aos **direitos dos povos indígenas**.

2. Financiamento direto aos povos indígenas

Menos de 1% dos fundos climáticos internacionais chegam diretamente às comunidades indígenas.

A COIAB defende **governança financeira própria**, com mecanismos como o **Fundo COIAB/PAIC**, que financia vigilância territorial, segurança alimentar e energia comunitária.

A **Coiab** demanda acesso direto a todos os fundos climáticos e de biodiversidade e pleno respeito a nossa estrutura de governança indígena e de gestão financeira como o **Podaali**.

3. Demarcação e proteção dos povos isolados

Demarcar é **proteger biodiversidade e vidas**.

29 TIs prontas para homologação representariam avanço concreto nas metas de redução do desmatamento.

Urgência na **proteção dos povos isolados e de recente contato**, ameaçados por invasões e mineração — como o caso **Tanaru**, símbolo da ausência de demarcação e risco de genocídio.

Segurança jurídica dos territórios indígenas é a política mais eficaz de mitigação.

Decretar zonas de exclusão para atividades extrativistas como petróleo, gás, mineral legal e ilegal nos territórios Piaci.

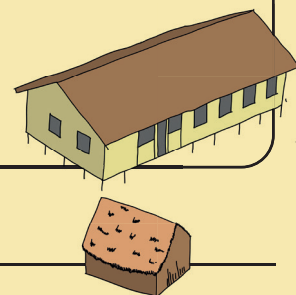
4. Proteção de defensores e defensoras da Amazônia

O Brasil está entre os países **mais perigosos para defensores ambientais**.

A COIAB propõe um **mecanismo regional amazônico de proteção e resposta rápida**, articulado com redes pan-amazônicas.

Comunicação e memória são compreendidas como **formas de resistência e continuidade da vida**.

A proteção de lideranças indígenas e defensores indígenas deve ser uma política de ação climática porque protegem os territórios que são os maiores sumidouros de carbono como barreiras contra desmatamento e os mais biodiversos.



CONCLUSÃO

A demarcação de **29 Terras Indígenas até a COP30** é uma **meta viável e urgente**, um gesto político que uniria **justiça climática e territorial**.

A **Amazônia depende dos povos que a protegem**, e garantir seus territórios é garantir o futuro do planeta e ação direta de política pública efetiva para mitigação climática.

